MAIS IDH

RESTAURANTE POPULAR

RESULTADOS E IMPACTOS



FAPEMA

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEPLAN
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

IMESC
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Vinicius Ferro Castro

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
José de Ribamar Carvalho dos Santos

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Rafael Thalysson Costa Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS
Marlana Portilho Rodrigues Santos

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS
Raphael Bruno Bezerra Silva

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS
Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO
Departamento de Estudos Populacionais e Sociais

ELABORAÇÃO
Enaire de Mara Sousa da Silva
Lays Alves Rodrigues
Maysa Thaís Teixeira Póvoas
Talita de Sousa Nascimento Carvalho

APOIO TÉCNICO
Paulo de Martino Jannuzzi
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)
Secretaria Adjunta de Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (SAPIDH)

REVISÃO TEXTUAL
Yamille Castro
Larissa Martins

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

DIAGRAMAÇÃO
Carliane Sousa
Herbet Machado

CAPA
Carliane Sousa
Herbet Machado

APRESENTAÇÃO

O Mais IDH é um plano de governo que tem por objetivo reduzir a extrema pobreza e as desigualdades sociais no meio urbano e rural dos 30 municípios de menor IDH no Maranhão, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. A iniciativa foi desenhada com foco nos 30 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Maranhão.

Este documento, viabilizado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), apresenta as avaliações de resultados e impactos de 13 programas do Plano Mais IDH, realizadas a partir de contribuição efetiva empreendida entre as equipes do IMESC, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), da Secretaria Adjunta de Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (SAPIDH) e do apoio dos órgãos responsáveis pela execução dos respectivos programas tratados nesta avaliação.

O esforço de avaliar políticas públicas do próprio estado sinaliza e reforça o compromisso, estabelecido a partir de 2015, que o Governo Estadual tem de melhorar suas políticas e aprimorar os serviços públicos implementados junto ao Plano Mais IDH. Assim sendo, as avaliações presentes nestes 13 relatórios buscam traçar e documentar os desenhos das políticas, as conquistas do Plano Mais IDH, seus pontos de atenção e sugestões de melhoria e desenvolvimento.

1. Apresentando o Programa Restaurantes Populares

1.1 O que é o programa?

Os restaurantes populares são órgãos públicos de alimentação e nutrição que atuam na garantia de segurança alimentar, no fortalecimento da economia e da agricultura familiar em todo o Maranhão. Estão localizados nas sedes dos municípios do Plano Mais IDH, com exceção do município de Santana do Maranhão. Apesar de ter iniciado no âmbito do Plano, o Programa Restaurantes Populares já está presente em 168 municípios do estado.

O Programa **é coordenado** pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Sedes) e seu principal objetivo é contribuir para a redução da insegurança alimentar e nutricional, além de promover o incremento de renda da população residente nos municípios participantes (CADERNO DE PROJETOS, 2016, p. 124).

O **público-alvo do Programa** não é limitado a nenhum segmento de maneira específica, uma vez que o "acesso aos restaurantes populares é universal, ou seja, qualquer cidadão pode ser beneficiário do equipamento público". (SEDES, ano). Espera-se que a oferta de refeições nutricionalmente adequadas seja acessíveis à população de baixa renda, uma vez que é estipulado o valor de 1,00 por refeição.

Para **operacionalizar o Programa** , foi considerado o intuito de aproveitamento da mão de obra local, mediante promoção de ações de qualificação profissional, com o objetivo de gerar empregos e renda durante a execução do Programa nos municípios. As ações previram ainda o desenvolvimento de atividades de promoção de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) associada à prática de atividades físicas, além do estabelecimento de fluxo de compras da produção advinda da agricultura familiar nos municípios.

1.2 Legislação e atos normativos

Art. 6º da Constituição Federal pela Emenda Constitucional 64/2010: alterou o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social;

Lei n.º 10.152/2014: Dispõe sobre o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão;

Decreto Estadual n.º 30.612/2015: Institui o Plano de Ações "Mais IDH".

1.3 Linha do tempo

• 2015: Criação do Plano Mais IDH no Maranhão (Decreto Estadual n.º 30.612);

• 2015: Elaboração do Projeto executivo do Programa;

• 2015: Início do projeto;

• 2019: Escopo modificado de cozinhas comunitárias para a construção de restaurantes populares;

• 2020: Refeições passaram a ser entregues em formato de quentinhas, devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19;

• 2021: Inauguração do 29º restaurante popular nos municípios do Mais IDH.

2. Metas, Resultados e Impactos dos Restaurantes Populares

A avaliação foi feita a partir do projeto executivo do Programa (MARANHÃO, 2016), que serviu como base para elaboração do Mapa de Processos e Resultados (MaPR), e consequente construção de uma visão siste-mática do programa, evidenciando seus produtos, resultados e impactos previstos. (**Figura 1**)

Figura 1: Mapa de Processos e Resultados do Programa Restaurantes Populares

Recursos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos
• Execução pela SEDES; • Prestação de serviços de alimentação por empresa contratada; • Parceria com prefeituras municipais.	• Implementação de RP; • Diagnóstico do perfil do usuário; • Elaboração do mapa da produção agropecuária local; • Elaboração do cardápio; • Monitoramento sistemático dos atendimentos dos beneficiários. • Atividades de EAN: atendimento multiprofissional aos usuários com avaliação nutricional e encaminhamento para as unidades básicas de saúde, conforme necessidade; • Palestras educativas na área de Educação Alimentar e Nutrição e Gastronomia; • Realização de cursos de gastronomia para usuários.	• Alimentação balanceada nutricionalmente servida diariamente; • Produtos adquiridos localmente; • Pessoas qualificadas na área de produção de alimentos.	• Adoção de hábitos alimentares saudáveis pelos usuários; • Aumento da comercialização de produtos da agricultura familiar.	• Elevação das taxas de segurança alimentar; • Estímulo à geração de trabalho e ao comércio local.

Contexto
Público-alvo: População residente.
Cobertura: 29 municípios.

2.1 Metas[1]

De acordo com o Caderno de Projetos, as **metas estabelecidas** pelo Programa foram:

• Implantar 30 Restaurantes;

• Realizar pelo menos três cursos por ano para capacitação de beneficiários dos restaurantes em cada município;

• Atendimento e avaliação nutricional de, no mínimo, 200 pessoas por município;

• Realizar cinco eventos em Educação Alimentar e Nutricional (EAN), por município e por ano;

• Adquirir, no mínimo, 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar;

• Adquirir do comércio local, regional ou Estadual, pelo menos, 20% dos insumos necessários para o funcionamento da cozinha;

• Reduzir pelo menos em 5% o índice de insegurança alimentar e nutricional, por ano e por município. O marco inicial de aferição será o diagnóstico nutricional, tendo como base o perfil do usuário. Esses dados serão levantados no início da implantação do Projeto.

[1] As metas serão analisadas a partir da discussão dos impactos e resultados pontuados a seguir.



2.2 Resultados e Impactos

A partir do MaPR, elaborou-se uma Plano de avaliação para os resultados e impactos do Programa, onde foi possível identificar a abordagem, o direcionamento e a metodologia da avaliação. (**Quadro 1**).

Quadro 1: Plano de Avaliação do Programa Restaurantes Populares

COMPONENTE	ABORDAGEM	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	METODOLOGIA	OBSERVAÇÕES
Resultados	Quantitativa e qualitativa	• Adoção de hábitos alimentares saudáveis pelos usuários; • Aumento da comercializaçã o de produtos da agricultura familiar; • Aumento de postos formais de emprego.	• Pesquisa sobre perfil nutricional com os beneficiários do Restaurante Popular; • Estudo referente às compras de hortifrútis dos Restaurantes Populares; • Pesquisa referente à equipe multiprofissio-nal e técnica do Restaurante Popular.	• Aplicação de roteiro de entrevista semies-truturada aos beneficiários do programa; • Aplicação de roteiro de entrevista semi-estruturada à nutricionista responsável pre-sencialmente e aplicação de questionários à distância; • Aplicação de questionários aos profissio-nais dos RP's por meio de contato com as nutricionistas dos 29 restaurantes, ou seja, amostra de 100%; • Levantamento de dados da RAIS/CAGED.	Será necessário solicitar controle de compras desde a implantação até agora. Com exceção da aplicação de questionários aos profissionais dos RP's, todas as metodolo-gias foram operacio-nalizadas na primeira fase de avaliação.
Impactos	Quantitativa e qualitativa	• Elevação das taxas de segurança alimentar; • Aumento da renda dos agricultores familiares.	• Pesquisa sobre mudanças em variáveis nutricionais: criança, adolescente, adultos e idoso; • Estudo referente às alterações nos padrões de renda de agricultores familiares fornecedores do Restaurante Popular;	• Levantamento de dados referente ao indicador "desnutrição por IMC/Idade"; • Aplicação de questionários às nutricionis-tas para identificar percentuais de compra da agricultura familiar; • Aplicação de roteiro de entrevista semies-truturada aos agricultores fornecedores.	As metodologias já foram operacionali-zadas.

Fonte: elaborado por Imesc, a partir do Caderno de Projetos do Plano Mais IDH (MARANHÃO, 2016) com metodologia de Jannuzzi (2016).

As linhas de atuação dos Restaurantes Populares no âmbito de **adoção de hábitos alimentares saudáveis pelos usuários**, envolvem tanto a prestação de alimentação nutricionalmente balanceada, quanto a realização de atividades de cunho socioeducativo.

Em relação à prestação de alimentação saudável, o Maranhão destaca-se por possuir a maior rede de restaurantes populares do Brasil. Em 2015, haviam apenas seis restaurantes no Estado, quantidade que subiu para 102 em abril de 2022.

O Programa Restaurante Popular realizou a entrega das obras entre os anos de 2019 e 2021 em todos os munícipios do Mais IDH, com exceção de Santana do Maranhão, onde não houve implantação devido ao não cumprimento de um dos critérios estabelecidos: a doação de terreno para construção. Vale destacar que as entregas dos estabelecimentos ocorreram em sua maioria, durante dois últimos anos, 2020 e 2021.

[1]As metas serão analisadas a partir da discussão dos impactos e resultados pontuados a seguir.

Os 29 Restaurantes do Mais IDH têm capacidade diária de 11.875 refeições, sendo 7.150 no almoço e 4.725 no jantar. Os municípios com maiores capacidades de atendimento são: Aldeias Altas (750), Araioses (750) e Arame (750).

Tabela 1: Capacidade de atendimento diário realizado pelos restaurantes nos municípios do Mais IDH

Município	Data de Inauguração	Capacidade de atendimento diário		
		Almoço	Jantar	Total
Mais IDH	-	7.150	4.725	11.875
Afonso Cunha	01.10.2021	200	150	350
Água Doce do Maranhão	23.04.2020	200	150	350
Aldeias Altas	07.12.2019	500	250	750
Amapá do Maranhão	20.08.2020	200	150	350
Araioses	23.04.2020	500	250	750
Arame	09.11.2019	500	250	750
Belágua	30.04.2020	200	150	350
Brejo de Areia	13.08.2020	200	150	350
Cajari	07.12.2019	200	150	350
Centro Novo do Maranhão	15.06.2019	200	150	350
Conceição do Lago-Açu	07.12.2019	350	175	525
Fernando Falcão	09.11.2019	200	150	350
Governador Newton Bello	04.06.2019	200	150	350
Itaipava do Grajaú	23.09.2019	200	150	350
Jenipapo dos Vieiras	09.11.2019	200	150	350
Lagoa Grande do Maranhão	07.12.2019	200	150	350
Marajá do Sena	04.03.2021	200	150	350
Milagres do Maranhão	30.04.2020	200	150	350
Pedro do Rosário	16.04.2020	350	175	525
Primeira Cruz	11.12.2020	200	150	350
Santa Filomena do Maranhão	28.03.2020	200	150	350
Santana do Maranhão	-	-	-	-
Santo Amaro do Maranhão	15.12.2020	200	150	350
São Francisco do Maranhão	09.11.2019	200	150	350
São João do Carú	14.03.2020	200	150	350
São João do Soter	09.11.2019	350	175	525
São Raimundo do Doca Bezerra	07.12.2019	200	150	350
São Roberto	07.12.2019	200	150	350
Satubinha	16.08.2019	200	150	350
Serrano do Maranhão	07.12.2019	200	150	350

Fonte: SEDES-MA,—informações disponibilizadas em 03 de fevereiro de 2022.

A quantidade de refeições varia de acordo com a demanda do dia, mas não ultrapassa a quantidade prevista. As refeições, em regra, são servidas nos próprios restaurantes, todavia, com o advento da pandemia do novo coronavírus, foram necessárias algumas adaptações.

Inicialmente houve paralisação das atividades presenciais e as refeições passaram a ser vendidas em formato de quentinhas para consumo em casa, seguindo os protocolos sanitários estabelecidos pelo Governo do Estado do Maranhão.

Em Belágua e Santo Amaro, os restaurantes populares foram inaugurados em 2020, período marcado pelo início da pandemia, e por essa razão as refeições foram comercializadas em formato de quentinhas, e as demais atividades previstas (cursos profissionalizantes, realização de avaliação nutricional e outros eventos previstos) não puderam ser iniciadas. A partir da flexibilização estadual, as refeições passaram a ser servidas e consumidas nos restaurantes, obedecendo às regras sanitárias.

Os restaurantes populares garantem uma alimentação saudável, diversificada e regular, o que garante aos seus usuários uma segurança alimentar e nutricional, como pontua a nutricionista do Restaurante Popular de Santo Amaro: “o restaurante coloca uma alimentação completa, uma alimentação que hoje nem a gente tem às vezes em casa. É uma alimentação onde vem a proteína, vem o feijão, vem a parte dos cereais, vem a salada, vem acompanhada de uma guarnição, vem o suco, vem a sobremesa. Nós ofertamos hoje aos nossos clientes uma refeição totalmente completa”.





O público beneficiário do restaurante atesta a qualidade e diversidade da comida: “Eu gosto da comida, é uma alimentação saudável porque tem o acompanhamento da nutricionista, ela só coloca o que pode ser consumido, em casa a gente come de formas diferentes e a gente vindo para cá a gente só come aquela porção que está no cardápio”. Perguntado quanto a satisfação em relação ao sabor, o beneficiário afirma: “Gosto e amo. Porque é gostosa e é uma comida que vem bem preparada, vem um suco, vem a melancia, vem a laranja, vem a banana, vem a salada, e vem tudo de bom. O feijão, o arroz, a farofa, a carne, às vezes, é peixe, é maravilhoso. É saudável.”

Eles admitem que em casa não conseguem ter uma refeição tão completa como têm no restaurante: “se a gente almoçava carne era uma vez por semana ou uma vez por mês, porque não dá, minha filha, família grande não dá. Aí o peixe, a gente é pescador e nós pescamos. Às vezes a gente almoçava só o peixe e o arroz, não tinha mais outra mistura, porque nós não temos condição. E aqui não, aqui já está preparado com tudo para a gente. Até bom porque há muito tempo a gente não se alimentava como agora”.

No que diz respeito às atividades complementares a prestação de ali-mentação saudável, segundo a coordenação estadual do Programa, houve a realização de atividades complementares no ano de 2019, as quais foram interrompidas devido à pandemia. A coordenação do Programa relatou ainda que, desde a implantação dos restaurantes “a proposta não era só fornecer alimentos, mas manter outras atividades também. Tinha espaços pra atividades físicas, tem espaço pra atendimento nutricional, além de ter o refeitório”.

Acerca do **aumento da comercialização de produtos da agricultura familiar**, as nutricionistas dos municípios de Belágua e Santo Amaro do Maranhão relataram adquirir produtos hortifrútis oriundos da agricultura familiar. Em Belágua, uma das nutricionistas afirmou que o restaurante compra diretamente dos produtores previamente cadastrados e que “dos produtos do hortifrúti, a compra mínima [é de] 30% da agricultura familiar”.

Dentre os produtos comprados, estão: “maxixe, quiabo, abóbora, mandioca, batata doce, é tanta coisa, tem as frutas, banana, laranja, mamão, manga. O suco, geralmente a gente faz da polpa da fruta, manga, caju, acerola. São produtores locais daqui que a gente entra em contato e eles trazem essas frutas pra gente. Cheiro verde, joão gome, couve, tem abobrinha também. E agora, eles conseguiram fazer uma plantação de cenoura e vão conseguir fornecer pra gente”. Segundo a nutricionista o valor gasto mensalmente na compra dos produtos da agricultura familiar em Belágua é, em média, R$ 700,00.

Em Santo Amaro do Maranhão, uma das nutricionistas relatou que, devido à dificuldade de adquirir os produtos da agricultura familiar e à distância dos povoados, eles optaram por comprar diretamente da feira da agricultura familiar que acontece todas as sextas-feiras: “a gente tem uma feirinha da zona rural, nessa feirinha a gente consegue comprar”. Sobre as compras no comércio local, em Belágua são adquiridos água mineral e gás de cozinha nos comércios da cidade. No mais, são efetuadas pequenas compras de produtos oriundos de empresas em outros municípios, apenas em caso de alguma emergência.

Sobre o estímulo à geração de trabalho e ao comércio local, não há indicadores oficiais de insegurança alimentar para o nível municipal. Existem algumas iniciativas pontuais de aplicações de metodologias no âmbito de pesquisas acadêmicas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou pesquisas sobre insegurança alimentar nos anos de 2004, 2009, 2013 e 2017/2018, para Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas.



Em âmbito municipal, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) disponibiliza informações da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde de crianças, adolescentes, adultos e idosos. A metodologia utilizada pelo IBGE foi a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que permite estabelecer os graus de gravidade da Insegurança Alimentar (IA) e evolui de acordo com níveis.

Na insegurança leve, o aspecto mais afetado é a qualidade da alimentação, juntamente com a

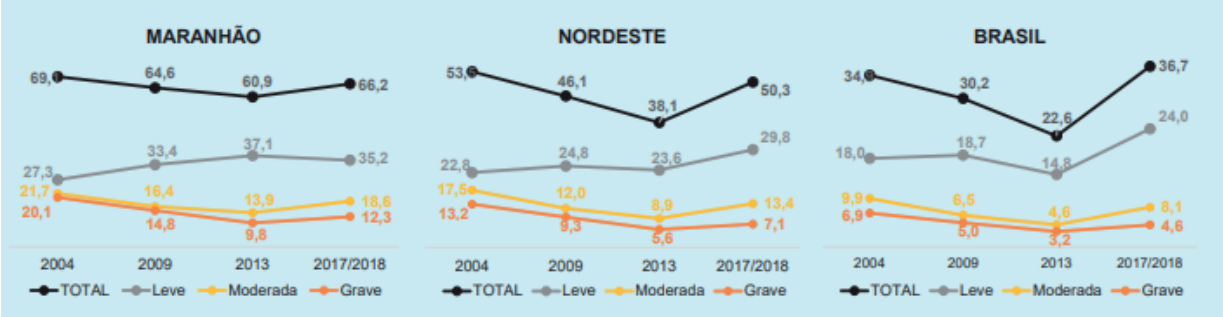
preocupação de que possa faltar alimento no futuro próximo; na insegurança moderada, começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família; na insegurança grave, aparece a deficiência quantitativa e a fome entre adultos e crianças da família (CORRÊA, 2007).

O Maranhão, seguindo uma tendência nacional e regional, registrou su-cessivas reduções no índice de insegurança alimentar no período de 2004 a 2013, como mostra a **Figura 1**. A pesquisa seguinte, realizada no biênio 2017/2018, mostrou uma retomada da insegurança alimentar para níveis próximos aos de 2004.

No Estado, o índice chegou a 66,2%; no Nordeste a 50,3%; e no Brasil a 36,7%. A insegurança alimentar leve, em âmbito estadual, compreende o maior percentual, com registro de redução, ficou com 35,2% no biênio 2017/2018; as inseguranças leve e moderada apresentaram crescimento e alcançaram 18,6% e 12,3%, respectivamente (**Figura 1**).

As pesquisas do IBGE ainda não captaram os impactos da nova rede de restaurantes populares do Maranhão, pois, no primeiro semestre de 2018, havia um pouco mais de 20 restaurantes no estado. Nos anos seguintes, o Governo consolidou esse forte instrumento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em todo o seu território, por meio da expansão desses equipamentos.

Figura 1: Percentual de domicílios em insegurança alimentar leve, moderada e grave, no Maranhão, Nordeste e Brasil, em 2004, 2009, 2013 e 2017-2018



Fonte: IBGE/PNAD e IBGE/POF

Em âmbito municipal, dentre os vários indicadores disponibilizados pelo SISVAN, foram utilizados para avalição os resultados referentes ao Índice Massa Corpórea por Idade (IMC/I), de crianças, adolescentes, adultos e idosos acompanhados pelo serviço de atenção básica. São considerados em estado de desnutrição: crianças e adolescentes em estado de magreza acentuada e magreza; e adultos e idosos com baixo peso.

Tanto no Maranhão quanto na média dos 30 munícipios do Mais IDH, o percentual de desnutrição entre crianças de 0 a 5 anos diminuiu entre 2014 e 2020. Ao analisar a desnutrição dessa faixa etária, é possível notar que os 19

municípios do Mais IDH apresentaram redução desse percentual no período analisado. Dentre os municípios com melhores desempenho, estão: Conceição do Lago-Açu (-13,7 p.p.) e Centro Novo do Maranhão (-10,7 p.p.). O município de Satubinha chegou em 2020 com 0% de desnutrição entre as crianças acompanhadas. É importante ressaltar que, mesmo 2020 sendo um ano pandêmico, não foram observados resultados discrepantes com a série analisada.

Não foram registrados avanços no índice de desnutrição entre os ado-lescentes, em escala estadual e os 30 municípios do Mais IDH, no período de 2014 a 2020. O Estado registrou uma sensível redução de -0,2 p.p. e o Mais IDH um aumento de 0,01 p.p. Nos anos de 2019 e 2020, 20 municípios apresentaram redução de desnutrição entre os adolescentes, com destaque para Serrano do Maranhão, que passou de 7,9% em 2019 para 0,0% em 2020, Pedro do Rosário (7,7% em 2019 para 4,0% em 2020) e Marajá do Sena (3,6% em 2019 para 0,0% em 2020).

Entre a população adulta, houve redução da desnutrição tanto no Maranhão como na média dos municípios do Mais IDH, chegando a 2,7% e 2,5% em 2020, respectivamente.

Comparando os anos de 2014 e 2020, observa-se redução em 29 municípios do Mais IDH, apesar das oscilações no período, com destaque para os municípios de Itaipava do Grajaú (-3,1 p.p.), Amapá do Maranhão (- 2,7 p.p.), Belágua (-2,7 p.p.) e Brejo de Areia (-2,7 p.p.). O único município que apresentou aumento foi São Raimundo do Doca Bezerra (+0,1 p.p.).

Por fim, entre os idosos também houve notória redução da taxa de desnutrição, tanto no Estado quanto no conjunto dos municípios do Mais IDH, no período de 2014 a 2020. Apesar de apresentar redução no nível de desnutrição durante os anos, é perceptível o alto percentual em idosos, comparado a outras faixas etárias. No Maranhão, o índice de desnutrição entre os idosos acompanhados pela Atenção Básica reduziu de 19,9% para 15,5%, enquanto a média dos municípios do Mais IDH passou de 19,8% para 15,4%. Dentre os municípios com maiores índices de desnutrição em idosos, destacam-se: São Raimundo do Doca Bezerra (+24,1 p.p.), Amapá do Maranhão (+17,5 p.p.) e Governador Newton Bello (+14,6 p.p.).



Tabela 2: Percentual de desnutrição em crianças e adolescentes pelo índice IMC/I nos municípios do Mais IDH

Município	% de desnutrição em crianças pelo índice IMC/I								% de desnutrição em adolescentes pelo índice IMC/I							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Maranhão	9,8	8,9	10,0	9,1	8,0	9,6	9,5	10,6	5,2	5,0	5,1	5,1	4,8	5,6	5,0	5,5
Mais IDH	10,6	8,9	10,8	9,7	7,9	9,1	9,1	10,6	4,5	4,7	4,6	4,5	4,1	5,0	4,6	5,1
Outros 30 de menor IDH	11,2	9,5	11,9	10,4	8,4	10,0	10,6	11,3	5,2	5,1	5,4	5,1	4,9	5,4	4,7	5,2
Demais municípios	9,5	8,8	9,6	8,9	7,9	9,6	9,4	10,5	5,3	5,0	5,1	5,2	4,9	5,7	5,1	5,6
Afonso Cunha	9,4	8,7	6,5	11,6	8,7	11,4	11,2	9,2	3,7	5,7	3,4	7,1	2,8	2,9	3,8	4,6
Água Doce do Maranhão	10,5	5,7	7,1	6,8	8,5	13,8	9,5	10,3	4,3	3,3	4,1	3,5	3,9	5,4	3,1	4,5
Aldeias Altas	6,0	6,3	9,9	4,7	4,6	6,1	5,4	5,9	4,3	4,7	4,4	4,0	3,5	4,3	4,2	5,0
Amapá do Maranhão	5,9	4,4	7,8	7,8	9,0	8,9	8,5	6,1	3,7	4,7	4,6	4,6	2,6	4,3	2,9	5,2
Araioses	10,9	9,2	4,0	6,7	5,4	7,1	8,2	10,1	4,4	4,8	4,4	4,7	3,8	4,4	4,3	5,0
Arame	6,8	6,6	8,6	7,5	6,4	6,8	7,5	6,4	4,0	3,4	4,4	3,9	3,7	4,1	4,0	4,2
Belágua	6,8	6,7	15,9	5,0	7,6	11,1	2,9	11,4	3,4	3,1	4,1	3,1	2,4	3,4	2,0	4,7
Brejo de Areia	6,5	3,2	5,8	9,2	10,7	13,2	12,1	11,2	1,6	2,6	3,7	2,3	2,2	1,4	1,3	1,5
Cajari	10,7	8,1	9,8	10,1	8,3	8,2	9,4	11,6	6,0	6,9	5,0	5,8	5,6	5,7	8,7	10,0
Centro Novo do Maranhão	15,9	8,6	6,7	5,1	7,9	5,2	5,2	11,6	6,7	3,0	2,3	3,2	3,5	4,7	3,0	5,0
Conceição do Lago-Açu	20,4	16,0	13,9	17,3	4,2	5,1	6,7	18,1	4,1	7,5	8,0	5,0	1,8	4,0	4,4	4,9
Fernando Falcão	9,2	7,6	8,7	7,0	10,7	19,4	18,8	16,3	4,3	3,9	3,7	4,8	4,8	3,6	5,1	3,9
Governador Newton Bello	10,4	8,7	10,9	8,6	5,2	8,4	6,9	10,5	2,2	3,4	5,0	4,8	3,5	6,7	3,8	4,0
Itaipava do Grajaú	15,7	15,9	35,1	15,9	6,7	6,9	7,3	11,1	7,3	3,9	4,8	5,1	4,3	4,8	5,6	4,8
Jenipapo dos Vieiras	12,8	12,9	11,7	11,1	5,7	8,6	9,6	9,0	4,0	4,0	2,9	3,3	1,6	3,1	3,4	3,0
Lagoa Grande do Maranhão	6,8	6,2	12,5	9,4	7,9	8,2	13,4	10,2	4,8	6,2	5,6	3,6	5,4	4,3	3,7	3,0
Marajá do Sena	26,7	7,6	3,3	27,9	16,2	6,6	16,7	10,0	6,3	2,3	1,1	2,2	4,9	3,6	0,0	0,0
Milagres do Maranhão	7,0	4,3	3,0	4,0	5,0	4,8	4,5	5,4	3,8	5,2	5,5	4,1	5,3	6,6	4,2	1,1
Pedro do Rosário	6,4	4,3	11,9	10,5	10,4	13,8	9,3	15,8	4,2	5,3	6,1	5,2	4,7	7,7	4,0	5,8
Primeira Cruz	10,1	7,4	11,7	11,9	10,7	12,1	12,3	16,4	4,1	3,9	2,5	2,4	3,7	5,5	2,9	4,8
Santa Filomena do Maranhão	11,6	7,3	12,8	12,2	19,2	22,0	25,8	10,8	4,1	5,9	5,2	7,4	3,8	9,4	6,8	6,6
Santana do Maranhão	9,5	6,9	11,1	11,4	6,9	8,8	6,1	8,4	5,7	4,3	2,9	2,1	1,7	2,5	2,2	2,2
Santo Amaro do Maranhão	12,3	14,9	12,0	10,4	6,9	8,5	7,8	9,9	4,4	5,1	2,9	2,7	3,7	4,3	2,9	4,3
São Francisco do Maranhão	12,5	7,6	11,2	10,8	11,0	10,2	7,6	10,5	4,4	3,5	1,9	2,8	4,2	5,0	5,5	6,4
São João do Carú	8,8	9,9	9,7	9,7	9,8	8,1	7,7	9,0	4,8	4,2	4,4	3,7	2,6	3,6	5,1	3,6
São João do Soter	14,4	13,1	13,4	9,5	7,1	7,3	8,4	9,7	5,5	7,3	8,0	8,1	8,2	7,1	6,5	6,4
São Raimundo do Doca Bezerra	3,5	6,0	7,2	6,9	6,3	6,8	6,7	6,3	1,0	3,1	3,6	3,2	2,7	2,7	6,1	3,9
São Roberto	7,8	11,1	14,6	15,5	11,0	6,3	9,4	9,0	5,7	4,3	5,9	6,1	6,2	5,4	4,8	4,2
Satubinha	10,3	15,2	8,5	9,4	8,7	14,1	0,0	13,9	4,1	3,5	4,2	1,9	6,8	11,6	10,0	4,2
Serrano do Maranhão	16,9	13,4	16,0	15,0	8,7	14,6	12,5	12,5	4,1	4,8	3,8	6,0	4,8	7,9	0,0	9,7

Fonte: SISVAN-WEB

Tabela 3: Percentual de desnutrição em adultos e idosos pelo índice IMC/I nos municípios do Mais IDH

Município	Percentual de desnutrição em adultos pelo índice IMC/I								Percentual de desnutrição em idosos pelo índice IMC/I							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Maranhão	3,8	3,1	3,3	3,1	2,8	3,1	2,7	2,6	19,9	17,5	17,8	17,5	16,1	15,8	15,5	15,2
Mais IDH	3,6	2,9	3,2	2,8	2,5	2,9	2,5	2,4	21,3	18,2	18,1	19,6	16,7	16,5	16,7	16,2
Outros 30 de menor IDH	4,0	3,3	3,8	3,1	3,1	3,3	2,8	2,7	24,2	19,6	19,5	20,2	19,9	18,7	17,2	16,1
Demais municípios	3,8	3,0	3,3	3,1	2,8	3,1	2,7	2,6	19,2	17,2	17,6	17,2	15,7	15,5	15,2	15,0
Afonso Cunha	3,6	3,0	2,4	2,4	2,2	2,6	2,7	2,2	16,7	24,6	20,0	20,7	22,8	17,9	14,0	17,5
Água Doce do Maranhão	3,3	1,5	2,1	2,3	2,3	2,5	2,1	1,6	19,0	17,9	15,6	7,1	2,9	17,7	14,8	9,8
Aldeias Altas	3,7	3,7	3,5	2,8	2,6	3,2	2,4	2,1	14,3	19,4	9,6	23,0	24,2	16,7	22,1	20,6
Amapá do Maranhão	3,8	3,3	3,3	4,0	2,9	3,4	1,1	2,3	0,0	15,6	16,1	22,9	8,7	15,4	17,5	15,7
Araioses	3,3	2,7	2,6	2,6	2,2	2,5	2,0	2,5	14,7	17,7	13,3	14,9	13,5	14,1	12,2	12,7
Arame	3,0	2,0	2,9	2,5	2,0	2,1	2,1	2,0	16,7	13,1	15,4	17,8	18,2	15,9	17,6	15,4
Belágua	3,1	2,5	2,8	2,1	1,2	3,3	0,4	1,6	21,2	28,3	16,7	21,3	13,9	10,5	17,9	11,1
Brejo de Areia	4,4	2,2	1,9	1,5	1,0	1,4	1,7	1,1	25,0	18,8	14,7	14,4	13,4	7,4	12,3	12,6
Cajari	5,3	3,3	4,5	3,9	4,1	3,3	4,8	4,7	21,4	23,0	12,5	19,6	16,2	19,6	22,3	20,7
Centro Novo do Maranhão	3,0	3,2	1,3	1,7	3,1	2,6	2,0	2,1	100,0	33,3	15,4	20,4	10,9	16,7	14,6	13,6
Conceição do Lago-Açu	2,7	3,1	4,0	2,8	1,0	2,7	2,0	2,4	19,6	19,6	22,1	21,7	17,5	10,1	15,8	15,7
Fernando Falcão	4,1	3,9	3,2	2,1	1,9	3,1	2,9	2,4	18,8	29,4	66,7	25,3	18,5	20,1	19,0	20,1
Governador Newton Bello	3,3	3,6	3,4	2,6	2,5	2,3	2,2	2,2	0,0	14,0	21,7	20,5	22,5	16,8	14,6	15,2
Itaipava do Grajaú	5,6	2,7	3,9	2,6	2,5	3,1	2,5	1,8	31,6	15,4	21,3	16,3	20,7	20,2	23,3	20,2
Jenipapo dos Vieiras	2,7	2,5	2,6	2,2	2,0	2,1	1,6	1,5	18,5	15,3	18,1	19,3	16,4	13,8	14,5	14,7
Lagoa Grande do Maranhão	3,3	3,3	3,2	2,4	2,4	2,7	2,9	2,6	30,0	12,8	20,2	16,4	11,4	15,9	12,0	10,6
Marajá do Sena	2,6	2,0	1,0	1,6	1,9	3,3	1,2	0,6	8,3	0,0	27,3	25,0	0,0	0,0	9,1	5,9
Milagres do Maranhão	3,3	1,9	2,2	2,8	3,2	2,3	0,9	0,8	28,6	16,5	18,6	18,9	16,7	16,1	16,2	19,4
Pedro do Rosário	3,7	2,7	5,1	4,2	3,5	3,9	3,4	2,9	36,4	21,6	11,1	17,9	16,0	11,8	16,0	15,2
Primeira Cruz	3,5	2,0	2,7	2,3	2,4	2,6	2,3	3,0	17,4	9,8	11,8	0,0	12,7	9,9	11,1	8,7
Santa Filomena do Maranhão	3,5	2,8	3,0	3,9	3,4	4,4	2,8	2,5	40,0	24,0	23,5	19,1	17,8	17,2	18,2	20,1
Santana do Maranhão	3,3	2,0	2,6	2,4	1,7	2,1	1,8	2,1	31,0	24,7	17,6	7,3	8,4	13,2	7,1	11,3
Santo Amaro do Maranhão	4,1	2,6	3,1	2,3	1,6	2,6	0,8	2,2	25,0	16,3	14,1	16,2	17,6	5,4	11,1	10,4
São Francisco do Maranhão	3,9	3,2	4,2	2,9	3,0	4,0	2,6	2,6	11,8	18,2	29,4	24,6	18,9	15,8	16,6	15,7
São João do Carú	3,3	2,7	2,7	2,5	2,6	2,9	2,0	2,0	8,7	17,1	21,7	18,4	22,2	15,0	17,1	14,0
São João do Soter	5,2	4,4	5,5	3,8	4,0	3,9	3,2	2,7	36,4	21,0	29,1	22,6	19,0	17,6	19,5	18,1
São Raimundo do Doca Bezerra	3,0	3,2	4,4	3,8	3,4	1,8	3,1	1,8	0	0	9,1	21,3	14,3	10,0	24,1	15,5
São Roberto	2,5	3,2	2,9	3,4	1,7	2,0	1,9	1,7	15,6	20,7	15,4	26,3	18,9	20,5	19,5	18,4
Satubinha	3,5	3,0	4,0	2,3	2,4	3,7	0,8	1,9	23,1	25,8	23,8	16,1	16,4	17,0	27,6	20,4
Serrano do Maranhão	4,6	4,0	4,0	4,2	3,7	4,9	3,0	3,9	12,5	3,4	34,1	13,5	8,0	16,2	20,0	19,8

Fonte: SISVAN-WEB

No que tange o **estímulo à geração de trabalho e ao comércio local**, a utilização do Restaurante Popular, além de proporcionar uma boa alimentação, também gera uma economia de recurso que pode ser canalizada para outras obrigações. Ao ser questionada sobre os benefícios do Restaurante, uma beneficiária descreveu: "nós não temos condição de estar comendo uma comida boa todo dia, porque nossas condições não dão, por que o preço que está a carne, o preço que está a cebola, o tomate, a melancia, a banana, nós não temos condições. Então essa aqui é muito boa para nós. Todo dia eu venho, almoço e janto. Lá em casa é eu, meu esposo, dois filhos, três netos, um genro, é muita gente. [Todos] almoçam [aqui], porque se você comprar um quilo de comida, e a preparação, arroz e tudo, não tem como está dando para nós. Aqui é muito bom, economiza desde o gás, desde tudo. Então foi muito bom para nós".

No início do desenho do Programa, especulou-se se os restaurantes po-deriam comprometer as vendas do comércio local, pois muitas pessoas deixariam de comprar gêneros alimentícios. Todavia, segundo a nutricionista do Restaurante Popular de Belágua, essa hipótese não se concretizou, ela justifica: "não, porque a gente compra deles também. E só uma questão alimentar, tem outros produtos que eles acabam adquirindo desses comerciantes".

O Programa Restaurante Popular tem se configurado como um importante instrumento social, responsável por garantir refeições diárias nos municípios do menor IDH, bem como oportunidades na criação de empregos formais, por meio da contratação de mão-de-obra local, e na geração de renda, mediante a compra dos produtos dos agricultores familiares, dos feirantes e dos comerciantes locais.

No que diz respeito à geração de emprego, a maior parte da mão de obra empregada nos restaurantes é local. No município de Belágua, o Restaurante Popular é composto por dez funcionários, de acordo com o relato de uma das nutricionistas: "são sete funcionários deles, né? Tem dois vigias que são pagos pela prefeitura e eu que sou representante do estado, então somos dez". Destes, sete foram novos funcionários contratados pela empresa no município, uma nutricionista foi contratada pelo Governo do Estado e dois vigias foram fornecidos pela prefeitura e desse total, apenas um não reside no município.

Analisando o estoque de empregos formais dos 29 municípios, no período de 2014 a 2020, temos em 2019, ano que foi inaugurada a quase totalidade dos restaurantes, a maior quantidade de registros de vínculos formais das ocupações relacionadas aos restaurantes: copeiro, cozinheiro geral, faxineiro, nutricionista e vigia (o que sinaliza o impacto desses equipamentos na geração de emprego local).

Tabela 3: Percentual de desnutrição em adultos e idosos pelo índice IMC/I nos municípios do Mais IDH

Município	Data de Inauguração	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Mais IDH	-	1.061	976	1.165	1.387	1.559	1.714	1.589
Afonso Cunha	01.10.2021	28	29	32	32	35	40	40
Água Doce do Maranhão	23.04.2020	95	9	88	90	106	115	115
Aldeias Altas	07.12.2019	23	32	32	48	68	105	97
Amapá do Maranhão	20.08.2020	4	4	14	10	11	10	9
Araioses	23.04.2020	119	124	111	182	187	183	9
Arame	09.11.2019	45	54	55	9	45	48	49
Belágua	30.04.2020	26	28	51	135	137	205	191
Brejo de Areia	13.08.2020	28	0	0	0	0	0	0
Cajari	07.12.2019	196	201	212	214	218	205	200
Centro Novo do Maranhão	15.06.2019	6	5	7	9	76	67	58
Conceição do Lago-Açu	07.12.2019	125	120	118	127	129	121	120
Fernando Falcão	09.11.2019	2	0	9	9	5	0	5
Governador Newton Bello	04.06.2019	1	0	40	68	79	96	94
Itaipava do Grajaú	23.09.2019	1	4	17	24	1	1	0
Jenipapo dos Vieiras	09.11.2019	13	15	17	28	35	42	37
Lagoa Grande do Maranhão	07.12.2019	0	2	4	5	3	1	1
Marajá do Sena	04.03.2021	5	0	5	4	0	0	71
Milagres do Maranhão	30.04.2020	41	40	41	40	37	32	36
Pedro do Rosário	16.04.2020	33	34	38	2	35	55	75
Primeira Cruz	11.12.2020	2	12	12	9	8	56	58
Santa Filomena do Maranhão	28.03.2020	77	79	79	26	24	25	22
Santana do Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Amaro do Maranhão	15.12.2020	34	36	35	38	42	42	42
São Francisco do Maranhão	09.11.2019	62	60	55	52	53	55	54
São João do Carú	14.03.2020	6	1	5	0	13	1	0
São João do Soter	09.11.2019	11	11	13	7	4	6	7
São Raimundo do Doca Bezerra	07.12.2019	1	1	1	75	71	73	73
São Roberto	07.12.2019	1	0	0	67	62	61	58
Satubinha	16.08.2019	47	49	48	48	46	42	40
Serrano do Maranhão	07.12.2019	29	26	26	29	29	27	28

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS 2014 a 2020
Nota: Para a soma anual foram consideradas as seguintes ocupações: copeiro, cozinheiro geral, faxineiro, nutricionista e vigia.

3. Situação atual e perspectivas

A existência de indicadores oficiais de insegurança alimentar no âmbito municipal contribuiria para maior aprofundamento do processo avaliativo, apesar disso, o estudo se valeu de alternativas que pudessem minimamente mensurar os reflexos da inserção dos restaurantes dentro dos municípios do Plano Mais IDH.

A inserção dos Restaurantes Populares nas sedes dos municípios tende a dificultar o acesso de segmentos populacionais localizados nas zonas rurais, e que por vezes encontram-se em situação de insegurança alimentar.

Apesar disso, é importante mencionar que dentro do Plano existem outras iniciativas que têm contribuído com o contexto, a exemplo do programa Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os municípios do Mais IDH. Compreende-se que as zonas rurais são caracterizadas por um conjunto de comunidades dispersas e frequentemente distantes entre si, de modo que a inserção de um equipamento de refeição em uma comunidade específica não impactaria um quantitativo de beneficiários satisfatório

4. Considerações

Sugere-se a criação de mecanismo de monitoramento para as ações dos restaurantes que não se vinculam à prestação de refeições, a exemplo das orientações nutricionais, e dos atendimentos com demais profissionais da equipe multidisciplinar prevista no escopo do projeto. A partir disso, o processo de avaliação poderá se aprofundar em outras ações desenvolvidas pelo programa.

5. Referências Bibliográficas

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação So-cial. Secretaria Adjunta de Promoção do Mais IDH. Plano Mais IDH: Ca dernos de Projetos. São Luís, 2016b. V. 2.

MAIS IDH



FAPEMA

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEPLAN
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

IMESC
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos